

CONHECIMENTOS BÁSICOS

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 01 A 15, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE 01 A 07.

A MAÇÃ AO CUBO

Carlos Rydlewski e Alessandro Greco

“Nem tudo tinham os antigos, nem tudo temos os modernos”. Entretanto, como transformar um aparelhinho que reproduz música digital num ícone mundial de consumo? Pergunte à Apple, pois foi justamente isso que a empresa acabou desenvolvendo como fez com o iPod. Ou ainda como converter a simples abertura de uma loja numa espécie de inauguração de um ponto turístico de Nova York? Pergunte à Apple, novamente, já que foi exatamente isso que a companhia conseguiu em maio, com a instalação de um novo ponto-de-venda na Quinta Avenida, em Manhattan.

É, no meio do caminho tem uma maçã/ tem uma maçã no meio do caminho/ tem uma maçã no meio do caminho – lembrando Carlos Drummond de Andrade, e esquecendo a pedra. Na entrada, o espaço ostenta uma maçã, o símbolo da marca, envolta num imenso cubo de vidro, como uma jóia rara. Lembra a pirâmide do Louvre, numa versão para eletrônicos.

Iniciativas desse tipo não são fatos isolados na vida da companhia. Ao contrário, acumulam-se desde a apresentação do primeiro produto da empresa – o computador pessoal de grande impacto Apple II, em 1977. O sucesso explica-se: é por ter uma mão tão boa no mercado que a firma hoje se apresenta como um marco da inovação. E isso se deve também à ousadia em boa dose.

Parece paradoxal, mas um dos motes para a construção de tamanho sucesso dela, a maçã no cubo, é dado pelo termo simplicidade. “Beleza e charme é necessário, mas não queremos nada complicado”, disse a VEJA Edwin Estrada, especialista sênior de sistemas da Apple. No competitivo mundo contemporâneo, vemos que já não se vendem idéias complicadas. Lembro-me do Steve Jobs pregando, há muitos anos, que temos de criar produtos semelhantes ao telefone tradicional: para usá-lo ninguém precisa ter a menor idéia do sistema ou da tecnologia empregada; basta colocá-lo no ouvido e dizer alô.”

(Texto adaptado – Veja Especial – Tecnologia p.64, julho 2006)

01. “Nem tudo tinham os antigos, nem tudo temos os modernos”.

“É, no meio do caminho tem uma maçã/ tem uma maçã no meio do caminho/ tem uma maçã no meio do caminho – lembrando Carlos Drummond de Andrade, e esquecendo a pedra.”

Essas duas interferências, em diferentes passagens do texto, nos permitem afirmar que os autores do texto “A maçã ao cubo” recorrem a um elemento constituinte e constitutivo do processo de escrita / leitura em que se constata a relação com outros textos. Trata-se da:

- A) ironia.
- B) intertextualidade.
- C) coesão.
- D) metáfora.

02. “*Nem tudo tinham os antigos, nem tudo temos os modernos*”.

A alternativa que indica os recursos estilísticos empregados nessa citação que inicia o texto é:

- A) anáfora, antítese, silepse.
- B) metáfora, antítese, elipse.
- C) parábola, comparação, pleonasma.
- D) pleonasma, hipérbole, silepse.

03. “*...como transformar um aparelhinho que reproduz música digital num ícone mundial de consumo?*”

Há paralelismo sintático e semântico entre o **COMO** assinalado na passagem acima e o assinalado em:

- A) “*Pergunte à Apple, pois foi justamente isso que a empresa acabou desenvolvendo como fez com o iPod.*”
- B) “*Ou ainda como converter a simples abertura de uma loja numa espécie de inauguração de um ponto turístico de Nova York?*”
- C) “*Na entrada, o espaço ostenta uma maçã, o símbolo da marca, envolta num imenso cubo de vidro, como uma jóia rara.*”
- D) “*...é por ter uma mão tão boa no mercado que a firma hoje se apresenta como um marco da inovação.*”

04. “*Na entrada, o espaço ostenta uma maçã, o símbolo da marca, envolta num imenso cubo de vidro, como uma jóia rara.*”

No fragmento de texto acima, há quatro ocorrências da vírgula. A respeito desse fato lingüístico, é correto afirmar que:

- A) isola o adjunto adverbial “*Na entrada*”.
- B) em todas as ocorrências, separa termos que têm a mesma função sintática.
- C) separa o vocativo “*o símbolo da marca*”.
- D) isola a expressão exemplificativa “*envolta num imenso cubo de vidro*”.

05. “*O sucesso explica-se: é por ter uma mão tão boa no mercado que a firma hoje se apresenta como um marco da inovação. E isso se deve também à ousadia em boa dose.*”

Julgue as situações a seguir, criadas com base na estrutura lingüística do trecho acima, e assinale a alternativa correta:

- A) No trecho: “*... é por ter uma mão tão boa no mercado que a firma hoje se apresenta como um marco da inovação.*”, a colocação do pronome destacado é obrigatória.
- B) Em: “*O sucesso explica-se...*”, o pronome enclítico constitui uma transgressão à norma culta da língua portuguesa.
- C) Caso o verbo fosse flexionado no futuro do pretérito em “*O sucesso explicaria-se...*”, teríamos, em estilo formal culto: “*O sucesso explicaria-se...*”.
- D) De acordo com a norma culta da língua portuguesa, em: “*E isso se deve também à ousadia em boa dose.*”, a próclise é facultativa.

06. A respeito dos elementos estruturais do texto, julgue os itens a seguir:

- 1- Em: “...*como transformar um aparelhinho **que** reproduz música digital num ícone mundial de consumo?*”, destacou-se o pronome relativo com função sintática de sujeito.
- 2- Em: “... *que a empresa **acabou desenvolvendo***”, há uma locução verbal destacada, o que indica a existência de apenas **uma oração**.
- 3- Em: “*Parece paradoxal, **mas** um dos motes para a construção de tamanho sucesso dela, a maçã no cubo, é dado pelo termo simplicidade.*”, a idéia estabelecida pelo elemento coesivo “*mas*” é relevante para a produção de sentido, já que expressa oposição em relação ao pressuposto na idéia da oração anterior.
- 4- Em: “...*foi exatamente isso que a companhia **conseguiu** em maio,...*”, o verbo “conseguir” classifica-se, quanto à predicação, em intransitivo.

O correto está em:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 3 e 4, apenas.
- C) 1, 2 e 3, apenas.
- D) 1, 2, 3 e 4.

07. A respeito da estrutura lingüística do texto, julgue os itens a seguir:

- 1- Substituindo-se o sujeito do verbo assinalado em “*No competitivo mundo contemporâneo, **vemos** que já não se vendem...*”, por **Vossa Excelência**, obtém-se, em consonância com a norma culta, a seguinte construção: “*Vossa Excelência veis que já não se vendem ...*”
- 2- Em: “... *já não se vendem idéias complicadas...*”, temos exemplo de voz passiva com sujeito na terceira pessoa do plural.
- 3- Em: “***Beleza e charme é necessário**, mas não queremos nada complicado*”, o verbo e o predicativo ficam invariáveis em razão de o sujeito composto não apresentar determinantes.

O correto está em:

- A) 1, apenas.
- B) 2, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 1, 2 e 3.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

08. Considerando-se o ambiente *Windows-XP* e suas funcionalidades, é correto afirmar:

- 1- O *Windows Explorer*, no menu *Favoritos*, possui opções de segurança em que podem ser especificados os níveis de segurança dos *sites* que são acessados, destacando-se os *sites* confiáveis, em que o usuário possui um alto grau de confiança e aqueles que não são confiáveis.
- 2- Cada ícone no “Painel de Controle” representa um pequeno programa que é executado quando ocorre um duplo clique sobre ele, exibindo normalmente uma ou mais caixas de diálogo, nas quais são especificadas as configurações que se deseja efetuar.
- 3- No caso de serem utilizados os recursos para a impressão de vários documentos, ou se a impressora encontrar-se compartilhada em rede, é possível verificar o “status” do documento que está sendo impresso, bem como os demais documentos que se encontram pendentes, ou seja, na fila de impressão.
- 4- O *Internet Explorer* não permite exibir os arquivos armazenados em disco em forma de listas, ou seja, mostrando o nome do arquivo, o tamanho do arquivo e a data da última modificação do arquivo.

O correto está somente em:

- A) 2 e 4.
- B) 1 e 4.
- C) 1 e 3.
- D) 2 e 3.

09. Quanto aos conceitos básicos relacionados a softwares aplicáveis à microinformática, podemos afirmar que:

- A) a maioria dos softwares pode ser dividida em 2 (duas) categorias principais: software básico e software aplicativo. Um dos principais tipos de software aplicativo é chamado de Sistema Operacional.
- B) são exemplos de softwares básico: os softwares que administram uma empresa, tais como: softwares de folha de pagamento, softwares que controlam o estoque e a contabilidade.
- C) em geral, os softwares que podem ser executados em um microcomputador são classificados em 2 (duas) categorias: os softwares *on-line* (internet) e os softwares *off-line* (processador de texto, planilhas eletrônicas, etc.).
- D) sistema operacional é um software caracterizado como básico, e controla as funções mais internas do microcomputador. São exemplos de sistemas operacionais: Linux e Windows.

10. Em relação à afirmativa abaixo:

“Quando se utiliza um serviço de correio eletrônico, uma mensagem recebida, que contém arquivos anexos, normalmente pode ser reenviada a um destinatário, juntamente com seus anexos.”

Está correta se for utilizado o recurso:

- A) “Responder”, para reenviar a mensagem e seus anexos.
- B) “Encaminhar”, para reenviar a mensagem e seus anexos.
- C) “Responder a todos”, para reenviar a mensagem e seus anexos.
- D) “Replicar”, para reenviar a mensagem e seus anexos.

LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Considerando a Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar:

- A) a garantia prestada pelos licitantes, quando o objeto da licitação for a celebração de contratos de obras, serviços e compras, é limitada a 3% (três por cento) do valor estimado do objeto da contratação e será prestada nas mesmas modalidades e critérios previstos para a garantia prestada pelos contratados.
- B) a garantia prestada pelos contratados, nas contratações de obras, serviços e compras, será exigida, em cada caso, a critério da autoridade competente, ainda que não prevista no instrumento convocatório.
- C) a lei prevê três diferentes modalidades de garantia (caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária), ficando a critério do contratado optar por uma delas.
- D) para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia poderá ser elevado para até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

12. Considerando as disposições legais referentes aos servidores públicos em exercício de mandato eletivo, é correto afirmar:

- A) o servidor que for eleito para cargos do Executivo ou do Legislativo, federal, estadual ou distrital, poderá, caso haja compatibilidade de horários, acumular o exercício do cargo eletivo com o de seu cargo, emprego ou função públicos.
- B) o servidor investido no mandato de prefeito será, obrigatoriamente, afastado de seu cargo, emprego ou função públicos, percebendo obrigatoriamente a remuneração do cargo eletivo.
- C) o servidor eleito para o cargo de vereador não poderá acumular, em hipótese alguma, o exercício da vereança com o de seu cargo, emprego ou função públicos.
- D) nas hipóteses em que seja exigido o afastamento do servidor, seu tempo de exercício no mandato eletivo será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

13. Considerando as disposições constitucionais e legais referentes ao servidores públicos é correto afirmar:

- A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- B) a investidura em cargo público, em qualquer hipótese, depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- C) o direito de greve dos servidores públicos é considerada norma de eficácia limitada.
- D) o direito de associação sindical dos servidores públicos se submete a regramentos pela Administração Pública.

14. Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

(Lei Federal nº 9394/96)

Tido por alguns como uma bela idéia na sua concepção, e por outros como demagógica em sua implantação, este dispositivo não pode ser cumprido só por força da Lei, mas por medidas como:

- 1- fortalecimento do ensino público em todos os níveis, habilitando os alunos das instituições públicas a concorrerem nos processos seletivos, em igualdade de condições com os egressos da rede particular.
- 2- possibilitar a permanência das crianças na escola, de modo a completar seus ciclos de estudos de forma adequada, sem serem compelidas a trocar os estudos pelo trabalho precoce, em decorrência do estado de miserabilidade em que se encontra parcela significativa da população brasileira.
- 3- fixar quotas raciais para ingresso nas instituições de ensino superior públicas e privadas, permitindo que minorias étnicas tenham garantido o acesso e permanência, mesmo não tendo uma sólida base de conhecimentos.
- 4- fortalecimento das redes públicas de ensino, elevando a qualidade de seus serviços, e mantendo os alunos na escola até a conclusão do ensino médio, evitando a evasão escolar, sobretudo aquela motivada por questões de ordem econômica e financeira.

O correto está em:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 3, apenas.
- C) 2, 3 e 4, apenas.
- D) 1, 2 e 4, apenas.

15. Considerando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Capítulo III – Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, é correto afirmar:

- 1- Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- 2- Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
- 3- Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- 4- O pátrio poder será exercido exclusivamente pelo pai, mesmo que haja separação judicial do casal. Em caso de morte do pai, esse poder será exercido pela mãe.

O correto está em:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 2 e 4, apenas.
- C) 1, 2 e 3, apenas.
- D) 1, 2, 3 e 4.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 16 A 40, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

16. Quanto à Comunicação Social, podemos afirmar:

- A) Devido à liberdade de criação, expressão e informação, a formação da grade de programação das emissoras de rádio e televisão não sofre restrição constitucional.
- B) As emissoras de rádio devem reservar uma parcela de sua programação para a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentual legal.
- C) As propagandas comerciais de tabaco e agrotóxicos estarão sujeitas às restrições legais, somente no sistema privado de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- D) A possibilidade de censura só é constitucionalmente aceita com fins essencialmente artísticos e mediante aprovação, por maioria absoluta, do Conselho de Comunicação Social.

17. Quanto à Cultura, podemos afirmar:

- A) O Plano Nacional de Cultura, estabelecido por lei federal, sofre reformulação anual para manter-se sempre atualizado às necessidades da comunidade artística.
- B) O patrimônio cultural brasileiro é integralmente de natureza material e é catalogado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.
- C) Os documentos referentes às reminiscências históricas dos antigos quilombos podem ter seu tombamento requerido, junto ao Ministério da Cultura, que decidirá, soberamente, se é caso de tombamento ou não.
- D) É tarefa da administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e o franqueamento de sua consulta pelo público interessado.

18. Quanto à Nacionalidade, podemos afirmar:

- A) Os portugueses com residência permanente no País têm os mesmos direitos inerentes aos brasileiros, inclusive de ser oficial das Forças Armadas.
- B) Não há distinção constitucional entre brasileiro nato e naturalizado.
- C) O estrangeiro pode requerer a naturalização contando apenas com um ano ininterrupto de residência no Brasil e idoneidade moral, mas somente se houver sido originário de país de língua portuguesa.
- D) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira que não estejam a serviço da República Federativa do Brasil, não podem optar pela nacionalidade brasileira.

19. Considerando a classificação das formas de controle dos atos da Administração Pública, é correto afirmar que, quanto à (ao):

- A) forma, o controle dos atos administrativos pode ser de legalidade ou de mérito.
- B) aspecto, o controle dos atos administrativos pode ser interno ou externo.
- C) amplitude, o controle dos atos administrativos pode ser hierárquico ou finalístico.
- D) momento de exercício ou controle, pode ser próprio ou impróprio.

20. Considerando os atos administrativos, é correto afirmar que:

- A) a anulação do ato administrativo apaga todos os seus efeitos.
- B) os meros atos administrativos são irrevogáveis.
- C) nos atos administrativos discricionários vamos encontrar 2 (dois) elementos vinculados à lei.
- D) a auto-executoriedade está presente em todos os atos administrativos.

21. Considerando a organização da Administração Pública no Brasil, é correto afirmar que:

- A) a desconcentração administrativa pode ocorrer tanto por outorga quanto por delegação.
- B) as autarquias são entidades destinadas a executar atividades econômicas ou industriais.
- C) o regime de pessoal das empresas públicas pode ser tanto estatutário quanto celetista.
- D) as sociedades de economia mista federais, estaduais e municipais terão suas causas processadas e julgadas na Justiça Estadual.

22. Considerando os princípios constitucionais da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) pelo princípio da autotutela, a Administração Pública Direta pode anular ou revogar atos administrativos de uma entidade da Administração Pública Indireta.
- B) o princípio da continuidade dos serviços públicos impõe a impossibilidade de o particular prestador de serviço público por delegação, interromper sua prestação, mesmo que a Administração descumpra os termos do contrato que tenha celebrado com ele, até o advento de sentença judicial transitada em julgado.
- C) o princípio da eficiência constava do texto original da Constituição de 1988.
- D) o princípio da publicidade impõe a obrigatoriedade da publicação em jornais oficiais de todos os atos oriundos da Administração Pública.

23. A União está autorizada a instituir outros impostos, diferentes daqueles sob sua competência ordinária. Sobre a competência residual da União, é correto afirmar que:

- A) a competência residual poderá ser exercida mediante Lei Complementar, entretanto, quando tal exercício compreender taxas e contribuição de melhoria, poderá ser exercida mediante Lei ordinária.
- B) quando a competência residual envolve a criação de novos impostos, deverão estes ser não-cumulativos e ter fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos já discriminados pela constituinte de 88.
- C) para a instituição de impostos com base na competência residual da União não poderão ser utilizadas medidas provisórias, uma vez que a impossibilidade de disciplinar esta matéria, mediante esse instrumento, encontra-se expressamente na Carta de 88.
- D) a contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF), foi instituída pelo exercício da competência tributária residual da União Federal.

- 24.** Assinale a única alternativa correta sobre o sistema tributário nacional:
- A) por Lei Ordinária, a União pode instituir isenções de tributos de competência estadual ou municipal.
 - B) ao Senado Federal é facultado estabelecer alíquotas máximas do ICMS nas operações internas, para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados.
 - C) o ICMS exigido pelos Estados não pode ser seletivo em função da essencialidade de produtos, mercadorias e serviços, isso cabe ao IPI.
 - D) o Imposto sobre grandes fortunas, nos termos de Lei Complementar, compete à União, podendo os Estados legislar sobre isso apenas de forma supletiva.
- 25.** As imunidades tributárias são limitações à competência tributária das pessoas políticas. É correto afirmar que estas são previstas:
- A) em Leis promulgadas pela União, Estados e Municípios, desde que no âmbito de suas respectivas competências.
 - B) em Leis ordinárias que especifiquem e justifiquem a compensação dessas receitas.
 - C) em Leis complementares.
 - D) no texto da Constituição Federal em vigor.
- 26.** Manoel José da Silva, funcionário público federal efetivo e chefe do setor de arrecadação do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), em conjunto com seu assessor de confiança e auxiliar direto, Antonio Marcelino Ribeiro, inutilizaram vários documentos importantes do órgão, para ocultar um rombo de VINTE MILHÕES DE REAIS (R\$ 20.000.000,00) que ambos praticaram. Considerando os crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que ambos praticaram o crime de:
- A) Peculato furto, por terem subtraído dinheiro da Administração Pública.
 - B) Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento da Administração Pública.
 - C) Peculato apropriação, tendo em vista que se apropriaram de dinheiro público, pelo qual eram responsáveis e inutilizaram documentos para encobrir o próprio crime.
 - D) Peculato desvio, e inutilização de documentos em concurso, pois além de desviarem dinheiro público, inutilizaram documentos importantes.
- 27.** Frederico das Fontes, motorista profissional, mesmo sabendo que o sistema de freios do seu carro não estava em boas condições, mas estando com muita pressa de chegar ao seu destino, imprimiu velocidade em estrada movimentada e ao fazer uma ultrapassagem mal feita, não conseguiu frear, acabando por colidir com outro carro, provocando destruição e morte. É correto afirmar que Frederico praticou crime:
- A) Culposo, por imprudência e negligência, ao dirigir em velocidade, um carro sem condições de tráfego.
 - B) Doloso, por dolo eventual, pois assumiu o risco de produzir o resultado, já que tinha conhecimento do defeito no freio do carro.
 - C) Doloso, por dolo direto, pois tinha intenção de causar o acidente.
 - D) Preterdoloso, pois o resultado foi além daquele que Frederico esperava.

28. A lei penal define uma espécie de ação penal, cuja titularidade pertence única e, exclusivamente, ao ofendido, não podendo por tal motivo ser exercida pelo cônjuge, ascendentes, descendentes, irmãos ou outros representantes. Essa espécie de Ação Penal denomina-se:

- A) Privada, subsidiária da pública.
- B) Pública Incondicionada.
- C) Pública, condicionada a representação do ofendido.
- D) Privada Personalíssima.

29. Considerando a revogação das leis, é correto afirmar que:

- 1- A revogabilidade de uma lei importa na perda de eficácia da mesma para produção de efeitos jurídicos futuros. Do conteúdo revogado não poderá mais valer-se o sujeito de direito para adquirir e/ou integralizar direitos que, subjetivamente, lhe eram atribuídos anteriormente.
- 2- Quando lei nova trata, na sua integralidade, de mesma matéria que lei anteriormente em vigor, aquela revoga esta, não sendo necessário que a nova lei em tudo seja divergente da anterior.
- 3- Em caso de derrogação podemos ter a lei nova e a lei anterior vigorando ao mesmo tempo, pois a revogação parcial importa na ineficácia de algumas das disposições contidas na lei anterior, significando sua continuidade espacial e temporal, bem como sua eficácia no que tange ao conteúdo não alcançado pela revogabilidade.
- 4- A abrogação não poderá ocorrer de maneira tácita, pois a revogação total da lei antiga só será admitida quando a nova lei o declarar expressamente, dando-se notoriedade da ineficácia dessa a partir da vigência da nova lei.

Somente é correto o que se afirma em:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 1, 3 e 4.
- C) 1, 2 e 4.
- D) 2, 3 e 4

30. Considerando o que dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, é correto afirmar que:

- 1- Em caso de omissão do legislador quanto ao tempo em que entrará em vigor a nova lei, considerar-se-á que a mesma entrará em vigor 45 dias após a data de sua publicação.
- 2- As correções feitas ao texto da lei já publicada deverão constar de nova publicação e esta, ocorrendo no período de *vacatio legis*, não será considerada nova lei, mas o prazo para que aquela entre em vigor, contar-se-á a partir da data da nova publicação.
- 3- Considerando a preocupação do ordenamento jurídico pátrio com a existência de lacuna de lei, define-se como regra o efeito *restitutório* que restaura a eficácia da lei revogada, por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- 4- A lei nova tem aplicação imediata e futura, aplicando-se em regra a irretroatividade e preservando-se o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Somente é correto o que se afirma em:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 1, 3 e 4.
- C) 1, 2 e 4.
- D) 2, 3 e 4.

31. Para resguardar os seus direitos, o titular deve praticar atos conservatórios e, sofrendo ameaça ou violação a um de seus direitos subjetivos, tem o mesmo o exercício de ação judicial competente. Nasce, então, para o titular a pretensão que se extinguirá pela prescrição quando este, por inércia, não se manifestar.

Sobre prescrição podemos afirmar:

- 1- Cabe renúncia da prescrição e esta poderá ser manifestada de forma expressa, mas só terá validade sendo feita sem prejuízo de terceiros.
- 2- Havendo acordo entre as partes, admite-se a alteração dos prazos prescricionais previstos em lei.
- 3- A legislação civil em vigor prevê prazos prescricionais diversos, que orientam o sujeito de direito ao exercício de sua pretensão jurisdicional. Em caso de locação, a pretensão à cobrança de aluguéis relativos a prédios urbanos ou rústicos prescreve em 2 (dois) anos.
- 4- Em situação de multiplicidade de credores e, sendo estes solidários, a interrupção da prescrição por um dos credores aproveita aos outros.

Somente é correto o que se afirma em:

- A) 1 e 2
- B) 2 e 3
- C) 2 e 4
- D) 1 e 4

32. Segundo o Código de Processo Civil, denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário. Deste modo é correto afirmar que faz coisa julgada:

- A) os motivos importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- B) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- C) a apreciação de questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- D) a parte dispositiva da sentença, na qual o juiz decide efetivamente o pedido.

33. De acordo com o Código de Processo Civil, quanto à liquidação de sentença é correto afirmar:

- A) far-se-á a liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- B) na liquidação por arbitramento, o juiz decidirá o valor líquido e certo da indenização na sentença, sendo desnecessária a nomeação de perito.
- C) é defeso, na liquidação, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou, salvo se a parte alegar uma das causas da ação rescisória.
- D) da decisão que julgar a liquidação caberá apelação.

34. Considerando o que dispõe a legislação processual sobre as partes e procuradores é correto afirmar:

- A) o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais e pessoais.
- B) verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz extinguirá o processo sem julgamento de mérito.
- C) a autorização do marido e a outorga da mulher não podem suprir-se.
- D) incluí-se dentre os deveres das partes e seus procuradores expor os fatos em juízo, conforme a verdade, e não produzir provas nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.

35. Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil sobre o litisconsórcio e assistência é correto afirmar:

- A) ocorre o litisconsórcio facultativo quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver que decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.
- B) na hipótese de litisconsórcio necessário, a sentença produzirá efeito para todas as partes, inclusive para os litisconsortes não citados para a demanda.
- C) a assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus de jurisdição; mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.
- D) sendo revel o assistido, o assistente também assim será considerado.

36. É correto afirmar sobre Contrato de trabalho:

- A) É um acordo de vontades, podendo ser tácito ou expresso, pelo qual uma pessoa física ou jurídica, denominada empregado, se compromete, mediante pagamento de uma contraprestação salarial, a prestar trabalho de natureza não eventual e subordinado em proveito de outra pessoa, física ou jurídica, denominada empregador.
- B) É um acordo tácito ou expresso, onde prevalece a vontade do empregador, haja vista o seu poder de mando e por assumir os riscos da atividade econômica.
- C) É um acordo de vontades, podendo ser tácito ou expresso, pelo qual uma pessoa física, denominada empregado, se compromete, mediante pagamento de uma contraprestação salarial, a prestar trabalho de natureza contínua e subordinado em proveito de outra pessoa, física ou jurídica, denominada empregador.
- D) É um acordo de vontades, podendo ser tácito ou expresso, pelo qual uma pessoa física, denominada empregado, se compromete, mediante pagamento de uma contraprestação salarial, a prestar trabalho com habitualidade e subordinação em proveito de outra pessoa, física ou jurídica, denominada empregador.

37. Quanto aos Contratos por prazo determinado é correto afirmar:

- A) O contrato de experiência poderá ser pactuado pelo prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período.
- B) O contrato temporário, conforme disposição da Lei 6.019/74, somente poderá ser utilizado no meio urbano, não sendo aplicável no meio rural. A empresa de trabalho temporário atua como mera intermediadora de mão-de-obra, autorizada pela lei a fornecer mão-de-obra aos tomadores de serviços, os quais não podem, diretamente, contratar obreiros como trabalhadores temporários.
- C) Entre um final de um contrato por prazo determinado e o início de outro contrato por prazo determinado, é necessário que haja decorrido mais de 6 (seis) meses, sob pena do segundo contrato ser considerado por prazo indeterminado, ainda que a expiração deste dependa da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
- D) O empregado que rompe o contrato por prazo determinado, antes do termo final, indenizará o empregador pelos prejuízos causados. O valor máximo poderá exceder àquele que teria direito o empregado em idênticas condições, em virtude da cláusula assecuratória do direito recíproco.

38. No que se refere à organização sindical é correto afirmar:

- A) A Constituição Federal de 1988 consagrou a pluralidade sindical, possibilitando a criação de mais de uma organização sindical em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que não poderá ser inferior à área de um município.
- B) O princípio da autonomia sindical consiste na faculdade que possuem os trabalhadores e empregadores de organizarem internamente seus sindicatos, com poderes de auto-gestão e administração, com autorização, intervenção, interferência ou controle do Estado.
- C) Com a atual Constituição Federal, a natureza jurídica do sindicato é de uma associação de natureza privada, autônoma e coletiva. O sindicato é considerado uma pessoa jurídica de Direito Privado, uma vez que não há possibilidade de nele haver interferência ou intervenção, em função da própria proibição imposta pela Carta Magna.
- D) Sindicato é uma associação de pessoas físicas ou jurídicas que exercem atividades profissionais ou econômicas, visando, tão somente, à defesa dos interesses coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativos.

39. Quanto à Execução no Processo do Trabalho é correto afirmar:

- A) Elaborada a conta e tornada líquida, o juiz poderá abrir, às partes, prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação, fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- B) Elaborada a conta e tornada líquida, o juiz é obrigado abrir, às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação, fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- C) Elaborada a conta e tornada líquida, o juiz é obrigado abrir, às partes, prazo sucessivo de 05 (cinco) dias para impugnação, fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- D) Garantida a execução ou penhorado os bens, terá o executado 05 (cinco) dias para apresentar o agravo, cabendo igual prazo exequente para se manifestar.

40. Quanto ao Agravo Regimental é correto afirmar:

- A) No âmbito do TST (Tribunal Superior do Trabalho), em seu regimento interno, cabe agravo regimental no prazo de 8 (oito) dias, para o Tribunal Pleno. Tem efeito meramente devolutivo, sendo admissível o juízo de retratação.
- B) O recurso interposto perante o órgão judicial especializado, tem efeito meramente suspensivo, não cabendo juízo de retratação.
- C) Cabe embargos infringentes e divergentes contra decisão de agravo regimental interposto em reclamação correicional.
- D) O Agravo Regimental é julgado pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 48 horas, tem efeito meramente suspensivo, sendo obrigado a formação de autos apartados.